



COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO - CSPCCO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 3, DE 2023.

(Apensados PDL nº 12/2023, 13/2023, 16/2023, 20/2023, 25/2023)

Susta o Decreto nº 11.366, de 1º de janeiro 2023, que limita o registro e a aquisição de armas de fogos.

Autor: Sanderson - PL/RS , Sargento Fahur - PSD/PR, Luiz Lima - PL/RJ e outros

Relator: Deputado Marcos Pollon PL-MS

I - RELATÓRIO

Vem à apreciação desta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado o PDL nº 3, de 2023, de autoria dos Deputados Sanderson - PL/RS, Sargento Fahur - PSD/PR, Luiz Lima - PL/RJ e outros, que susta o Decreto nº 11.366, de 1º de janeiro 2023, que limita o registro e a aquisição de armas de fogos.

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo cuja finalidade é sustar ato normativo do poder executivo que exorbita a competência regulamentar do Presidente da República, em observância aos artigos 49, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o artigo 109, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Na justificação, os ilustres Autores alegam que o Decreto nº 11.366, de 1º de janeiro de 2023, ao restringir o registro e aquisição de armas de fogo, violou frontalmente as competências conferidas pelo constituinte originário a este Parlamento para legislar sobre a matéria. Não obstante, o referido Decreto também limita sobremaneira o livre exercício



A standard linear barcode is positioned vertically on the left side of the page. It is used to identify the specific issue of the journal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

esportivo dos Caçadores, Atiradores e Colecionadores, bem como do exercício profissional dos proprietários de Clubes de Tiros.

Foi exarado despacho da Mesa diretora que distribuiu a matéria à análise das Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), no mérito, e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) para análise do mérito e da constitucionalidade.

No dia 21 de março de 2023, fui designado relator na CSPCCO. Não foram oferecidas emendas por se tratar de matéria de competência de plenário, nos termos do Art. 120 do RICD.

Em síntese, os PDLs nº 12, 13, 16, 20, 25, todos de 2023, apensados, apresentam o mesmo escopo - sustar a validade do ato publicado pelo Executivo Federal entendendo que extrapolou sua competência constitucional regulamentar, motivo pelo qual foram apensados ao PDL 3/2023.

A proposição está sujeita à apreciação do Plenário e tramita em regime ordinário do artigo 151, III, do regimento.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

O Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 3, de 2023, foi distribuído a esta Comissão Permanente por dispor de matéria relativa ao controle e comercialização de armas nos termos da alínea “c”, do inciso XVI, do art. 32, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Cumprimento os ilustres Autores por essa relevante iniciativa que visa restaurar a regularidade do registro e comércio de armas, bem como o livre exercício esportivo de caçadores, atiradores, colecionadores e dos clubes de tiro.

A presente proposta tem por finalidade sustar o Decreto nº 11.366, 1º de janeiro de 2023, que “suspende os registros para a aquisição e transferência de armas e de munições de

PRL n.1

Apresentação: 28/03/2023 11:46:18.113 - CSPCCO
PRL1/0

LexEdit





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 28/03/2023 11:46:18.113 - CSPCCO
PRL1/0

PRL n.1

uso restrito por caçadores, colecionadores, atiradores e particulares, restringe os quantitativos de aquisição de armas e de munições de uso permitido, suspende a concessão de novos registros de clubes e de escolas de tiro, suspende a concessão de novos registros de colecionadores, de atiradores e de caçadores, e institui grupo de trabalho para apresentar nova regulamentação à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003”.

Em sede de justificação, os autores ponderam, com absoluta destreza, que não podemos admitir que os Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CACs) sejam perseguidos em hipótese alguma, tampouco que a competência deste Parlamento para legislar sobre o assunto seja violada a pretexto de uma política desarmamentista do Poder Executivo que se iniciou no corrente ano.

Isto é, o Decreto 11.366/2023 ora combatido possui determinações eivadas de revanchismo arbitrário e injustificável.

Nesse aspecto, cumpre salientar que durante os últimos 4 anos (2019-2022), foram 1,6 milhão armas regularmente cadastradas através do Sinarm, e, no que tange à segurança pública, o Brasil alcançou a menor taxa de homicídios da história do país.¹

Outrossim, a suspensão atingiu mortalmente o setor que empregava até 2022, mais de 70 mil pessoas diretamente e outras milhares indiretamente, registrado anualmente faturamento de cerca de R\$ 13 bilhões, recolhendo aproximadamente R\$ 2,8 bilhões em impostos por ano. Além das indústrias nacionais e seus fornecedores, o segmento de armas e munições era composto até 2022, por cerca de 3,5 mil lojas, despachantes, instrutores, psicólogos, clubes, assistências técnica, transportadoras autorizadas e outros prestadores de serviços.²

De janeiro à março deste ano, o segmento acumulou: queda de 90% no faturamento de vendas; inadimplência nas mensalidades e anuidades dos clubes em torno de 30%; redução de 75% no quadro de colaboradores; encerramento de atividades acessórias, como restaurantes, lanchonetes, lojas de artigos diversos, estações de serviços como lavadores de carros e há uma estimativa de que 40% das empresas abertas nos últimos 4 anos encerrem as atividades até o meio do ano. Uma verdadeira bancarrota!

¹ Fórum Brasileiro de Segurança Pública: 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

² Dados fornecidos pela Associação Nacional da Indústria de Armas e Munições – ANIAM.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Além disso, o Decreto estabeleceu que as armas de fogo de uso permitido e de uso restrito, adquiridas a partir de maio de 2019, deverão ser (re) cadastradas no Sistema Nacional de Armas - Sinarm, no prazo de **sessenta (60) dias**. Essa determinação gerou no RECAD³ um tráfego que não consegue ser absorvido pelo sítio da Polícia Federal, impossibilitando o acesso daqueles que o desejam fazer o recadastramento - o que constitui um critério draconiano e temerário. Em outras palavras, os CACs não estão conseguindo realizar a tarefa de recadastrar suas armas porque o site constantemente fica indisponível, devido à grande quantidade de usuários tentando acessar a página. Dessa forma, o prazo não se demonstra razoável.

Ainda no tocante ao procedimento de recadastramento, há uma questão muito especial para a Segurança Pública. Ao exigir o transporte da arma de fogo, de uso restrito, desmuniciada estão expondo os CACs a perigo, tornando-lhes vulneráveis a roubos durante o deslocamento.

Destarte, impedir que o recadastramento seja feito dessa forma, significa reconhecer e valorizar os CACs que, a partir de 3 de abril de 2023, estarão cometendo crime de posse irregular de arma de fogo de uso permitido, caso não consigam realizar o recadastramento.^{4 5}

Ademais, a proposta em tela cumpre seu desiderato constitucional, em benefício de toda a sociedade e da segurança pública, na medida em que reestabelece o direito de praticar o tiro esportivo, através dos Clubes de Tiro, e, impede que o recadastramento seja utilizado para perseguir os CACs. Portanto, merece prosperar.

Por todo o exposto, votamos no **MÉRITO** pela **APROVAÇÃO** do **PDL 3, de 2023**, e pela rejeição dos PDLs 12, 13, 16, 20 e 25, de 2023, apensados, observada a Reclamação 1/2006 que determina a prejudicialidade dos demais.

³ RECAD: Site da Polícia Federal destinado ao recadastramento das armas: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/armas/recadastramento/recadastramento-1>.

⁴ Vide Art. 3º da Portaria nº 299, de 2023, do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP.

⁵ Lei nº 10.826, de 2003: Art. 12. Possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou dependência desta, ou, ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa:

Penas – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sala da Comissão, em 28 de março de 2023.

Deputado MARCOS POLLON
Relator

Apresentação: 28/03/2023 11:46:18.113 - CSPCCO
PRL1/0



LexEdit

* C D 2 3 5 2 5 9 7 5 7 0 0 0 *

